

Turismo sustentável: utopia ou realidade?

Ermelinda Oliveira; José R. Pires Manso

ermelindaol@ipg.pt; pmanso@ubi.pt

Instituto Politécnico da Guarda e Universidade da Beira Interior

(recebido em 14 de Julho de 2010; aceite em 10 de Agosto de 2010)

Resumo. Muitas regiões têm apostado no turismo como factor de desenvolvimento. Contudo, a transversalidade do turismo envolvendo várias indústrias, bem como o dualismo dos seus efeitos, têm levado a uma consciencialização sobre a necessidade de minorar os seus efeitos negativos e maximizar os seus efeitos positivos, de forma a se garantir a sua sustentabilidade.

Este artigo pretende contribuir para o debate acerca do papel do turismo como motor de progresso e de desenvolvimento sustentável no “Turismo da Serra da Estrela” (TSE). Dotado de recursos culturais, paisagísticos e naturais únicos, este território tem vindo a afirmar-se nacional e internacionalmente em áreas como o turismo de natureza, cultural e paisagístico.

Tendo como objectivo, avaliar a percepção dos empresários das unidades de alojamento em relação aos impactos do turismo na sua região, bem como, perceber quais as medidas que deveriam ser implementadas de forma a se atingir um turismo sustentável, utilizou-se um inquérito para recolher os dados junto dos hotéis da região e recorreu-se ao SPSS. Após a análise dos dados, podemos concluir que esta investigação vem confirmar o interesse do turismo para o desenvolvimento económico da região em estudo. No entanto, é manifesto que em termos políticos e empresariais ainda existe um longo caminho a percorrer até se abarcar por completo o verdadeiro conceito de desenvolvimento sustentável, isto é, o estímulo a um turismo sustentável na região parece estar ainda longe de todas as suas potencialidades.

Palavras-chave: Turismo, desenvolvimento sustentável, oferta, procura, economia regional.

Abstract. Many regions choose tourism as a developing input. Nevertheless, the tourism complexity involving several industries, as the duality of its effects, increased the degree of conscience about the

necessity of minimizing the negative effects and of maximizing the positive ones in order to guarantee its sustainability.

This article/communication pretends to contribute to the international debate related to the tourism paper as engine for progress and for a sustainable tourism in the “Turismo da Serra da Estrela” (TSE). With many resources – cultural, landscape, and natural, and others, some of them unique – this territory is getting greater and greater importance either in national and international terms.

The main objective of this paper is to evaluate the entrepreneurial perception of the tourism impacts on the region, as well as to understand which measures should be implemented in order to reach a sustainable tourism. To do this we asked the hotel managers to fill a written questionnaire that we treated later using the SPSS software. This research confirms the importance of tourism for sustainable development of this border region. We can also say that there are many things to do in politic and entrepreneurial terms in order to get a complete sustainable development.

Keywords: Tourism, sustainable development, supply, demand, regional economics.

1. Introdução

Durante muito tempo, o turismo foi considerado como uma indústria em que não lhe eram imputados impactos negativos, do ponto de vista cultural, social ou ambiental. A partir da década de setenta a realidade alterou-se e começaram a aparecer as primeiras vozes denunciando os efeitos negativos do turismo. Contudo, muitas regiões têm apostado fortemente na actividade turística como o principal motor para se desenvolverem (Faulkner e Tideswell, 1997).

Pelas suas características intrínsecas, trata-se de uma actividade dinamizadora das actividades económicas regionais e locais, e tem crescido de uma forma relativamente rápida tanto no estrangeiro como em Portugal. Contudo, ao tratar-se de um sector económico gerador de benefícios e também de custos, é desejável que ele se desenvolva de uma forma sustentável.

A dualidade dos efeitos do turismo (positivos e negativos) e a sua transversalidade, afectando várias indústrias, têm levado a uma consciencialização sobre a necessidade de minorar os seus efeitos negativos e maximizar os seus efeitos positivos, de forma a se garantir a sua sustentabilidade. Assim, o debate do desenvolvimento sustentável alargou-se ao sector turístico (Choi e Sirakaya, 2006; Hunter e Green, 1995).

Tal como acontece em outras regiões, o turismo desempenha um papel de enorme relevância no desenvolvimento económico do Pólo de Desenvolvimento Turístico “Região da Serra da Estrela”. Dotado de recursos culturais, paisagísticos e naturais únicos, este território tem vindo a afirmar-se nacional e internacionalmente no turismo de natureza e no turismo cultural.

Assim, face à importância estratégica deste sector e ao papel que a actividade hoteleira detém nesta região, a presente investigação tem como objectivo reflectir sobre a importância deste sector e o seu contributo para o desenvolvimento económico da região.

2. Turismo e Desenvolvimento Sustentável

Para compreender as origens e o conceito de turismo sustentável, em primeiro lugar torna-se necessário compreender o conceito de desenvolvimento sustentável, bem como a evolução que o próprio conceito sofreu ao longo do tempo. Apesar de o debate sobre o conceito ser recente, na vasta literatura sobre o tema, encontram-se várias abordagens relativas quer à origem, quer à sua própria definição.

Apesar dos primeiros sinais de inquietação com o desenvolvimento sustentável terem surgido no século XVIII, só na segunda metade do século XX é que a questão ganhou mais relevância. Em relação à origem do conceito, analisando factos passados, podemos concluir que o aparecimento do conceito de desenvolvimento sustentável está relacionado com um má utilização dos recursos naturais, com o aparecimento de acidentes ambientais, bem como com o aparecimento de um conjunto de desequilíbrios de índole económico, ambiental e social. Segundo Hardy e Beeton (2001), o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu como um modelo de contradição, entre o crescimento económico e a protecção ambiental.

No século XVIII, com a Revolução Industrial os recursos naturais começaram a ser utilizados de uma forma ilimitada e desgovernada, daí resultando efeitos nefastos para as economias. Ao modelo de desenvolvimento neoliberal, vigente nessa altura, foram apontadas inúmeras críticas. Assim, nos anos cinquenta e sessenta, surgiram os primeiros movimentos sociais que discutem a insustentabilidade do modelo neoliberal. Os ecologistas alertam o facto de existir uma industrialização e urbanização crescente e caótica, para os efeitos da poluição e da devastação de extensas zonas de florestas (Burnay, 2002). Para alertar o problema ambiental vivido e a necessidade de se criar alternativas com vista à melhoria da situação ambiental, foram promovidas acções, que culminaram na realização da Conferência da Biosfera em Paris de 1968.

Conscientes dos problemas já então existentes e com o objectivo de se reunirem para debaterem um vasto conjunto de assuntos relacionados com a política, a economia internacional e, sobretudo, com o meio ambiente, um grupo de pessoas ilustres, pertencentes a vários países, formaram o conhecido *Clube de Roma*. Este

clube tornou-se muito falado, quando em 1972 divulgou o *Relatório Meadows*, mais conhecido por “Os Limites do Crescimento”, no qual foram abordados os problemas cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade, nomeadamente, energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente e crescimento populacional, entre outros. Segundo o referido relatório “a manterem-se as tendências actuais de crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção alimentar e utilização de recursos, atingir-se-ão os limites do crescimento no nosso planeta dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável da população e da capacidade produtiva” (Meadows e Watts, 1972: 32).

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente ocorreu em 1972, em Estocolmo. Esta foi, sem dúvida, a primeira conferência mundial que teve por objectivo tentar “organizar” as relações do homem com o meio ambiente e onde foram enunciados um conjunto de princípios que denunciava a responsabilidade do desenvolvimento pela deterioração ambiental, resultando no estabelecimento da base teórica para o conceito de desenvolvimento sustentável (Silvano, 2006).

No início da década de oitenta a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objectivo de retomar o debate das questões ambientais, criou a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED). Em 1987, esta comissão apresentou um documento intitulado “*Our Common Future*”, também conhecido por Relatório Brundtland, onde foi relatada uma visão crítica do modelo de desenvolvimento até então adoptado pelos países industrializados e depois copiado pelos países em vias de desenvolvimento. Segundo o referido relatório, esse modelo de desenvolvimento apostava num consumo excessivo de recursos naturais sem ter em conta a capacidade dos ecossistemas, o que deixava já à vista uma incompatibilidade entre um modelo de desenvolvimento dito sustentável e os padrões de produção e consumo existentes naquela altura.

Perante este cenário, o Relatório Brundtland alertou o mundo para a necessidade urgente em introduzir alterações ao nível do modelo de desenvolvimento económico de forma que este conduzisse a um desenvolvimento sustentável. Aliás, este Relatório apresentou a primeira e a mais consensual definição de desenvolvimento sustentável: desenvolvimento que responde às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de satisfazer idênticas necessidades das gerações futuras.

Este conceito de desenvolvimento sustentável foi reforçado em 1992, com a realização, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida por *Cimeira da Terra*. Para além de consagrar o conceito de desenvolvimento sustentável, esta conferência em muito contribuiu para a consciencialização que os danos ao meio ambiente eram provocados maioritariamente pelos países desenvolvidos e que estes países teriam de tomar medidas no sentido do desenvolvimento sustentável. Para além da *Carta da Terra*, que é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção

no século XXI de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica, desta Cimeira também surgiu um outro documento importante, a *Agenda 21*. “A grande importância deste marco é que, pela primeira vez a nível mundial, foi discutida a questão da ligação vital entre conservação e desenvolvimento” (Burnay, 2000: 28).

Neste momento, já existia a percepção de que o sistema económico vigente, baseado no consumo e na acelerada degradação dos recursos limitados e insubstituíveis, se estava a tornar insustentável. As Nações Unidas, que durante décadas puseram a tónica no crescimento económico, começaram a divulgar um novo modelo de desenvolvimento, expresso no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Assim, segundo as Nações Unidas de forma a “enfrentar o crescente desafio da segurança humana é necessário um novo modelo de desenvolvimento que coloque o povo no centro, que olhe o crescimento económico como um meio e não como um fim, que proteja as oportunidades de vida das futuras gerações, assim como das actuais e respeite os sistemas naturais dos quais a vida depende” (PNUD, 1994:4).

Em 1993, a Comunidade Europeia publicou o programa “*Em direcção a um Desenvolvimento Sustentável*”, enunciando aqui as principais medidas e os principais objectivos conducentes à integração ambiental nas políticas sectoriais das economias. Mais tarde, em 2002, realizou-se em Joanesburgo a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, tendo aqui sido reforçados os três princípios da sustentabilidade: ambiental, social e económico.

Apesar de não consensuais, na vasta literatura sobre este tema podemos encontrar uma panóplia de definições de desenvolvimento sustentável. Contudo, em todas elas existe uma tentativa de compreender a interligação entre economia, sociedade e meio ambiente. Por outro lado, e segundo Ferreira (2004:102), “a ideia do desenvolvimento sustentável tem na sua raiz uma noção de responsabilidade comum da humanidade e de existência de interesses recíprocos dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento”.

O debate sobre a sustentabilidade do turismo foi claramente influenciado pela evolução do conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo Burnay (2000:26), nos finais da década de oitenta “o conceito de desenvolvimento sustentável estende-se ao de turismo sustentável e esta actividade passa a ser encarada como um instrumento também de desenvolvimento para as populações locais e para a conservação da natureza”. Desde então, tem-se verificado uma preocupação crescente com a sustentabilidade da actividade turística.

Tal com o conceito de desenvolvimento sustentável, também o conceito de turismo sustentável carece de consenso. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o desenvolvimento do turismo sustentável, é propiciador do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável do turismo é um meio para diminuir as assimetrias regionais existentes entre os países e no interior dos países, na medida em que este vai de encontro às necessidades das regiões turísticas, já que protege e aumenta as oportunidades de desenvolvimento dessas

mesmas regiões. Por outro lado, e segundo a mesma organização, as directrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo e as práticas de gestão aplicam-se a todas as formas de turismo. Nesse sentido, em todas as formas de turismo, deve-se:

- Optimizar-se o uso dos recursos ambientais, mantendo-se os processos ecológicos essenciais;
- Ajudar a conservar os recursos naturais e a biodiversidade biológica;
- Respeitar a autenticidade sócio-cultural das comunidades receptoras, conservar as suas culturas arquitectónicas e seus valores tradicionais; e
- Assegurar actividades viáveis a longo prazo, que reportem benefícios socioeconómicos a todos os agentes.

Existindo concordância mundial, relativamente ao facto de ser necessário promover um desenvolvimento sustentável do turismo, também existe concordância no entendimento de que o turismo, para se poder desenvolver de uma forma sustentável, tem de se afirmar em quatro pilares fundamentais, concretamente:

- **Sustentabilidade Ambiental:** sendo a principal fonte de matéria-prima da actividade turística, pretende-se um equilíbrio entre a actividade humana, o desenvolvimento e a protecção do ambiente, de forma a aumentar os recursos naturais e a limitar os ambientalmente prejudiciais;
- **Sustentabilidade Económica:** tendo presentes todas as interdependências da cadeia produtiva, deve-se promover uma melhor utilização dos recursos e uma gestão mais eficiente;
- **Sustentabilidade Social:** dada a abrangência desta actividade, deve-se atender à comunidade receptora, ao património histórico-cultural e à sua interacção com os visitantes, de forma a aumentar a auto-estima e o padrão de vida das comunidades locais, respeitando as suas tradições culturais;
- **Sustentabilidade Política:** pretendendo-se uma estratégia que possibilite coordenar todas as iniciativas, de âmbito nacional e local, de forma a permitir a redução/anulação das assimetrias regionais e que favoreça o desenvolvimento sustentável do país como um todo.

Pretende-se que Portugal seja não só um país competitivo e moderno, “mas também um País com mais qualidade ambiental, mais equilibrado e coeso territorialmente, onde as populações encontrem qualidade de vida e as actividades económicas se desenvolvam no respeito pelos valores ambientais e de sustentabilidade” (MOPTC, 2005: 55). Pretende-se um turismo e um desenvolvimento sustentável. Para Silva (2000: 54), é ponto assente que “o desenvolvimento racional e equilibrado do turismo é fundamental para ao nosso país, já que, tratando-se de um sector gerador de infra-estruturas, de equipamentos, de actividades e emprego, pode proporcionar uma verdadeira cadeia de riqueza com

repercussões directas nas economias regionais e na economia nacional, onde, no conjunto dos seus ramos directos e indirectos, já possui um peso superior a outros sectores significativos na nossa estrutura de especialização económica”.

Ao longo dos últimos anos, diversos trabalhos surgem na tentativa de construir um conjunto de indicadores do turismo sustentável. Com efeito, apesar de não existir consenso quanto ao conceito, o conceito de turismo e desenvolvimento sustentável perderiam significado não existindo indicadores que permitissem a sua monitorização (Buther, 1999). Contudo, apesar da extensão literatura sobre este tema nos contemplar com um leque enorme de indicadores e porque cada região é única, todos os estudos de sustentabilidade turística devem ser baseados em indicadores adaptados à especificidade de cada região (Ko, 2001). Por outro lado, e segundo o mesmo autor, um modelo de avaliação da sustentabilidade turística deve ser útil de forma a permitir que os decisores políticos consigam retirar ilações para no futuro poderem providenciar as medidas a tomar. Esta ideia é partilhada por Buther (2002), pois segundo ele os estudos de avaliação da sustentabilidade turística de uma região devem ser vistos como um instrumento de planeamento. Com essa finalidade, quer a nível nacional quer a nível regional, sobre esta temática, vários estudos têm sido apresentados.

3. Turismo da Serra da Estrela

Tendo presente a importância estratégica que o turismo assume no desenvolvimento das regiões e dos países, no mês de Abril de 2008, com a publicação do Decreto-Lei n.º67/2008, de 10 de Abril, procedeu-se a uma reorganização das Entidades Públicas Regionais com responsabilidades na área do turismo em Portugal, que determinou alterações nas regiões de turismo e na criação de pólos de desenvolvimento turístico. Assim, passou-se de dezanove¹ regiões do turismo para apenas 5 áreas regionais que reflectem as unidades territoriais utilizadas para fins estatísticos NUTS II – Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Para além das cinco áreas regionais, de acordo com o artigo 4º do Decreto-Lei n.º 67/2008 (MEI, 2008: 2172), “nas áreas regionais de turismo definidas no artigo 2.º são criados os pólos de desenvolvimento turístico” (Douro, Serra da Estrela, Leiria-Fátima, Oeste, Alentejo Litoral e Alqueva). A estas novas entidades vai competir, a valorização turística e o aproveitamento sustentado dos recursos turísticos das respectivas áreas (Quadro1).

1 As antigas dezanove regiões do turismo: Algarve, Alto Douro (Costa Verde), Alto Tâmega e Barroso, Centro, Dão Lafões; Douro Sul, Évora, Leiria-Fátima, Nordeste Transmontano, Oeste, Planície Dourada, Ribatejo, Rota da Luz, São Mamede (Norte Alentejo), Serra da Estrela, Serra do Marrão, Setúbal (Costa Azul), Templários (Floresta Central e Albufeiras) e Verde Minho.

Quadro1 - Entidades Públicas Regionais com responsabilidade na área do turismo.

Regiões Turísticas	Pólos de desenvolvimento turístico
Turismo do Porto e Norte de Portugal	Turismo do Douro
Turismo do Centro de Portugal	Turismo da Serra da Estrela
Turismo de Lisboa e Vale do Tejo	Turismo de Leiria – Fátima
Turismo do Alentejo, E.R.T	Turismo do Oeste
Turismo do Algarve	Turismo Terras do Grande Lago Alqueva – Alentejo
	Turismo do Alentejo Litoral

Fonte: MEI (2008).

No que concerne ao Turismo da Serra da Estrela (TSE), em termos geográficos encontra-se totalmente entregado na região centro do país, passando a integrar os municípios de Fornos de Algodres, Gouveia e Seia (Serra da Estrela), Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso (Beira Interior Norte) e Belmonte, Covilhã e Fundão (Cova da Beira) (Quadro 2). Comparativamente com a antiga região, saíram os Concelhos de Penamacor e Oliveira do Hospital, e entraram os Concelhos do Sabugal, Fornos de Algodres e Figueira de Castelo Rodrigo. Assim, para além da denominação ser diferente, a sua composição concelhia também sofreu alterações.

Quadro 2 – Concelhos do Turismo da Serra da Estrela, por Distritos (2008).

NUT II	NUT III	Concelhos	Distritos
Região Centro	Beira Interior Norte	Almeida Celorico da Beira Figueira de Castelo Rodrigo Guarda Manteigas Meda Pinhel Sabugal Trancoso	Guarda
	Serra da Estrela	Fornos de Algodres Gouveia Seia	
	Cova da Beira	Belmonte Covilhã Fundão	Castelo Branco

Composta por quinze Concelhos, pertencentes a dois distritos distintos (Guarda e Castelo Branco), o TRS abarca cerca de 6 305,0 Km² do território nacional, sendo que 78 % pertence ao distrito da Guarda (4 930,5 Km²) e 22% ao distrito de Castelo Branco (1 374,5 Km²) (Quadro 3).

Quadro 3 – Densidade Populacional, Área Total e Freguesias do Turismo Serra da Estrela (2008).

Concelhos	Densidade Populacional Habitantes / Km²	Área Total Km²	Número de Freguesias
Almeida	13,5	518,0	29
Belmonte	65,1	118,8	5
Celorico da Beira	34,7	247,2	16
Covilhã	93,8	555,6	31
Figueira de Castelo Rodrigo	12,9	508,6	17
Fornos de Algodres	39,8	131,5	16
Fundão	44,1	700,1	31
Guarda	62,0	712,1	55
Gouveia	51,0	300,6	22
Manteigas	29,9	122,0	4
Meda	20,0	286,1	16
Pinhel	20,3	484,5	27
Sabugal	16,1	822,7	40
Seia	61,6	435,7	29
Trancoso	28,6	361,5	29
Total	593,4	6 305,0	367

Fonte: INE (2009) Anuário Estatístico da Região Centro 2008, INE.

Analisando, por Concelho, a densidade populacional do TRS, é na Guarda (capital de distrito) e na Covilhã onde este indicador apresenta maior valor. O elevado êxodo rural, justificado pela procura de emprego e pelo abandono da actividade agrícola, bem como, a procura de melhores condições de vida são, sem dúvida, a justificação da acentuada discrepância existente entre os Concelhos do TRS no indicador densidade populacional. Efectivamente é nos Concelhos da Guarda e da Covilhã onde estão localizados os principais serviços públicos, as escolas de ensino superior, a grande maioria do comércio destes distritos, em contraste com os restantes Concelhos do TRS, onde o que predomina são actividades ligas ao sector primário.

Apesar de quinze Concelhos pertencerem à região TSE, estes não apresentam características homogéneas quando analisados na vertente demográfica, económica ou social. A realidade não é diferente quando o nível de análise é a oferta e procura turística de cada Concelho.

4. Oferta e Procura Turística no Turismo da Serra da Estrela

Pretende-se neste ponto do trabalho analisar a oferta e a procura turística no TSR. Sendo a hotelaria considerada por muitos como a espinha dorsal da actividade turística, a nossa unidade de análise são os estabelecimentos hoteleiros de interesse para o turismo, nomeadamente os hotéis, hotel-apartamento, motéis, pousadas e estalagens (excluíse da análise as residenciais, pensões e todo o tipo de unidade de alojamento relacionado com o turismo rural). Como se pode observar através do quadro 4, são os hotéis as unidades de alojamento mais representativas no universo em estudo, seguindo-se as pousadas e as estalagens.

Quadro 4 - Distribuição das unidades alojamento, segundo a sua tipologia.

Tipologia		Número unidades de alojamento
Hotel	4 ****	7
	3 ***	14
	2 **	3
Hotel-Apartamento		2
Estalagem		5
Pousada		5
Motel		1
Total		37

Fonte: elaboração própria.

Fazendo-se uma análise por Concelhos, é a Covilhã o Concelho que apresenta maior número de unidades de alojamento, seguindo-se a Guarda, o Fundão e Seia. Os Concelhos de Fornos de Algodres, Meda e Pinhal são os únicos Concelhos que não têm nenhuma unidade de alojamento desta tipologia, pois nestes Concelhos apenas existem residenciais e pensões, bem como, alojamento de turismo rural (Quadro 5). A sua posição geografia, isto é, aproximação do ponto central da Serra da Estrela, bem como o seu grau de desenvolvimento económico, em relação aos restantes Concelhos, está directamente relacionado com o facto de a Covilhã ser o Concelho com maior número de hotéis. Efectivamente, Covilhã e a Guarda são os Concelhos mais industriais e com o maior número de actividades do sector terciário. Nos outros Concelhos, como já foi dito, predominam as actividades ligadas ao sector primário.

Quadro 5 – Número de Unidades de Alojamento por Concelho.

Concelhos	Nº unidades de Alojamento	%	Número de Quartos	Número de Camas
Almeida	2	5,41	55	102
Belmonte	2	5,41	77	150
Celorico da Beira	2	5,41	99	197
Covilhã	10	27,03	774	1 667
Figueira de Castelo Rodrigo	1	2,70	11	23
Fornos de Algodres	0	0,00	0	0
Fundão	5	13,51	466	832
Guarda	6	16,22	297	652
Gouveia	1	2,70	48	93
Manteigas	1	2,70	21	42
Meda	0	0,00	0	0
Pinhel	0	0,00	0	0
Sabugal	1	2,70	51	102
Seia	4	10,81	181	403
Trancoso	2	5,41	79	157
Total	37	100,00	2599	4 420

Conforme se pode observar no Quadro 5, é no Concelho da Covilhã onde existe um maior número de camas e de quartos, pois trata-se do Concelho com maior número de unidades de alojamento. Apesar do concelho da Guarda ser capital de distrito, o Fundão supera-o em termos do número de camas e do número de quartos. Olhando para a totalidade dos Concelhos com unidades de alojamento, Meda e Figueira de Castelo Rodrigo são os Concelhos onde existe um menor número de camas e de quartos (Quadro 5).

Depois de tudo o que foi dito, pode-se concluir que no TSE, a oferta turística apresenta-se pouco homogénea ao nível dos seus concelhos, existindo uma grande concentração num número reduzido de Concelhos e, por outro lado, concelhos onde não existe qualquer tipo de unidade de alojamento.

Apesar de, em termos geográficos, a antiga Região de Turismo da Serra da Estrela (RTSE) não corresponder na sua totalidade ao actual pólo turístico, achou-se conveniente analisar a antiga região em termos de procura turística. Assim,

conforme podemos observar no quadro 6, ao longo dos últimos dez anos (1999 - 2008), segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) o número de dormidas na RTSE apresentou sempre uma tendência crescente.

Quando a análise é feita por Nut's III, é na Cova da Beira (Concelhos da Covilhã, Fundão e Belmonte) onde, no período em análise, se registou sempre o maior número de dormidas. Para o ano 2008, o número de dormidas na Cova da Beira representou cerca de 57 % do número total de dormidas, na Beira Interior Norte 31 % e na Serra da Estrela cerca de 12 %. Tal como já foi referido, é na Nut Cova da Beira onde existe o maior número de unidades de alojamento, o maior número de camas e o maior número de quartos.

Quadro 6 - N.º de Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros na Região de Turismo da Serra da Estrela, por Nut's III, (1999 – 2008)

Nº de Dormidas	1999	2000	2001	2002	2003
Beira Interior Norte	74 281	92 252	81 228	80 944	75 853
Cova da Beira	126 642	125 704	124 153	119 769	151 951
Serra da Estrela	42 203	44 257	44 634	56 214	51 174
Total	243 126	262 213	250015	256 927	278 978
Nº de Dormidas	2004	2005	2006	2007	2008
Beira Interior Norte	79 835	108 600	124 573	130 951	138 405
Cova da Beira	165759	168 357	180 096	218 133	249 923
Serra da Estrela	49104	42 755	46 822	48 838	53 704
Total	294 698	319 712	351 491	397 922	442 032

Fonte: INE: Anuário Estatístico da Região Centro (2000 a 2009), INE.

5. Turismo Sustentável na Serra da Estrela: Estudo de Caso

Sendo o pólo de desenvolvimento turístico “Turismo da Serra da Estrela”, formado por quinze Concelhos heterogéneos, neste ponto do trabalho pretende-se analisar, com maior profundidade, apenas um dos seus Concelhos: o Concelho da Guarda. A metodologia adoptada no desenvolvimento da investigação exigiu a utilização de dados primários. Assim, optou-se pela aplicação do método de investigação quantitativo com o *software* SPSS, utilizando-se como instrumento de investigação o questionário. Nesta investigação a unidade de análise são todas as unidades de alojamento existentes no Concelho, excluindo-se as unidades relacionadas com o turismo rural. A recolha de dados decorreu de Janeiro a

Fevereiro de 2010. Num universo constituído por onze unidades de alojamento, o tamanho da amostra é de 10, tendo-se assim m obtido uma taxa de resposta de 91% (Quadro 7).

Quadro 7 – Distribuições da amostra, segundo a sua tipologia.

Tipologia	Amostra	Percentagem
Hotel	3	30,0
Aparthotel	1	10,0
Pensão	2	20,0
Residencial	3	30,0
Motel	1	10,0
Total	10	100,0

No que toca à personalidade jurídica das unidades que fazem parte da amostra, 50% são sociedades por quotas, 40% são constituídas sob a forma de empresários em nome individual e apenas uma unidade é um estabelecimento individual de responsabilidade limitada (Quadro 8).

Quadro 8 - Número de unidades inquiridas por personalidade jurídica.

Personalidade Jurídica	Frequências	Percentagem
Empresário em nome individual	4	40,0
Sociedade por quotas	5	50,0
EIRL	1	10,0
Total	10	100,0

Analisando as unidades em relação ao número de quartos e ao número de camas, contactou-se que as unidades de alojamento apresentam grandes diferenças em relação a essas mesmas variáveis. Contudo, e conforme podemos observar através do quadro seguinte, apenas os hotéis têm um número de quartos superior a cinquenta. No total, as dez unidades em estudo representam 418 quartos e 731 camas. Quanto ao número de quartos, 59,1% (247quartos) são de hotéis, seguindo-se as residenciais com 84 quartos, as pensões com 51, a motel com 24 e, por último, existem 12 quartos em Aparthotel. No que diz respeito ao número de camas, das 731 camas, cerca de 63% são dos hotéis.

Quadro 9 - Número de unidades inquiridas por número de quartos.

Tipologia	>=10	11 a 30	30 a 50	>50	Total
Hotel				3	3
Aparthotel		1			1
Motel		1			1
Pensão		1	1		2
Residencial		2	1		3
Total	0	5	2	3	10

No inquérito realizado, foi pedido aos inquiridos (os empresariais das unidades de alojamento) para indicarem a actividade, que na sua opinião, apresenta maior potencial de crescimento na região. Apesar de um pouco dispersas, as actividades que foram mais vezes referidas, como sendo as actividades com maior potencial de crescimento e desenvolvimento, foram a restauração e similares, seguindo-se os lacticínios e a hotelaria (Quadro 10).

Quadro 10 - Actividades económicas com maior potencial de crescimento na região.

	Frequências	Percentagem
Agricultura / Produção animal	1	10,0
Restauração e similares	3	30,0
Termalismo	1	10,0
Actividades desportivas e recreativas	1	10,0
Lacticínios	2	20,0
Hotelaria	2	20,0
Total	10	100,0

Também foi pedido aos inquiridos que manifestassem a sua opinião sobre o desenvolvimento do turismo na região onde se localiza a sua unidade de alojamento. Assim, quando questionados sobre o desenvolvimento do turismo da sua região, 60% dos inquiridos responderem “Insatisfatório” e 40% “Satisfatório”, não existindo qualquer resposta que indica-se o grau de “Bastante Satisfatório” ou de “Muito Satisfatório”.

Com o objectivo de avaliar as suas percepções quanto aos impactes do turismo em Portugal, e em particular, na sua região, perguntou-se aos inquiridos a sua opinião relativamente a um conjunto de vinte e duas afirmações (Quadro 11).

Quadro 11 – Opinião dos inquiridos em relação a um conjunto de afirmações sobre o turismo.

O turismo tem:	A Nível regional		A Nível nacional	
	Sim	Não	Sim	Não
Contribuído para aumentar a qualificação dos recursos humanos.	8	2	10	0
Contribuído para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região ou país.	8	2	9	1
Contribuído para aumentar quantitativa e qualitativamente as infra-estruturas e os serviços básicos.	9	1	10	0
Contribuído para aumentar a oferta na área do desporto, da cultura e do lazer.	9	1	9	1
Contribuído para melhorar da qualidade de vida dos residentes pelo rendimento gerado.	8	2	9	1
Aumentado as oportunidades de emprego oferecidas à população residente.	9	1	9	1
Criado novas oportunidades de negócio.	10	0	10	0
Impulsionado o desenvolvimento e o crescimento de outros sectores de actividade.	8	2	10	0
Favorecido o planeamento e o ordenamento do território.	6	4	8	2
Ajudado a preservar e a divulgar a cultura e as tradições locais.	8	2	9	1
Contribuído para fixar as pessoas às regiões.	3	7	6	4
Ajudado a desenvolver económica e socialmente as regiões.	7	3	9	1
Contribuído para aumentar a insegurança e a criminalidade.	3	7	5	5
Contribuído para diminuir a qualidade do ambiente.	2	8	3	7
Criado problemas paisagísticos.	2	8	5	5
Criado problemas urbanísticos.	3	7	6	4
Sido responsável pela destruição da biodiversidade.	2	8	4	6
Provocado a subida do preço dos bens em geral.	2	8	5	5
Sido responsável pelo aumento da quantidade de lixos.	4	6	6	4
Agravado as desigualdades sociais (porque os benefícios económicos do turismo se destinam apenas a determinadas pessoas).	5	5	4	6
Levado à perda de identidade cultural da região.	2	8	1	9
Provocado a deterioração de locais de interesse histórico e cultural.	4	6	3	7

Em primeiro lugar, podemos concluir que segundo a percepção dos inquiridos, não existem diferenças significativas a nível regional e a nível nacional, sobre os efeitos do turismo. Por outro lado, podemos concluir que, de um modo geral, quer a nível nacional, quer a nível regional, os inquiridos são de opinião que o turismo tem mais impactes positivos do que negativos.

Quer a nível regional, quer a nível nacional, o efeito do turismo na criação de novas oportunidades de negócio e no aumento das oportunidades de emprego, foram os efeitos que mereceram maior concordância por parte dos inquiridos. Assim, e segundo os inquiridos o turismo em muito tem contribuído na região e no país para aumentar o nível do emprego e criado oportunidades de negócios.

Apesar de o turismo na sua região não ter criado grandes problemas paisagísticos e urbanísticos, o mesmo já não tem acontecido a nível nacional. Por outro lado, o turismo tem contribuído para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região ou no país, tem contribuído para aumentar quantitativa e qualitativamente as infra-estruturas e os serviços básicos, impulsionado o desenvolvimento e o crescimento de outros sectores de actividade e ajudado a desenvolver económica e socialmente as regiões.

Tendo como objectivo último alcançar um turismo sustentável na região, pediu-se aos inquiridos que indicam-se, por ordem decrescente de importância, as cinco medidas que na sua opinião, deveriam ser implementadas na sua região. No total, obteve-se um conjunto de treze medidas que deviam ser promovidas na região em estudo (Quadro 12).

Conforme podemos observar no quadro seguinte, “*divulgar a nível nacional e internacional a região*” foi a medida mais referida, como a primeira medida a ser necessário implementar na região, de modo a aumentar a competitividade turística. Contudo, segundo os inquiridos, também é de extrema importância para a região:

- criar novos produtos regionais e divulgar mais aqueles que já existem;
- diversificar em termos temporais actividades de atractivo turístico, envolvendo cidades e aldeias históricas e;
- preservar e valorizar o património natural.

Quadro 12 - Opinião dos inquiridos em relação às medidas a implementar.

Medidas a tomar...	1^a	2^a	3^a	4^a	5^a
Divulgar a nível nacional e internacional a Região.	6	2	1		
Promover mais os produtos regionais já existentes.				1	1
Criar novos produtos regionais e divulgar mais aqueles que já existem.	2	3	3	2	
Mais incentivos para as empresas.			1		2
Melhorar as acessibilidades e as infra-estruturas de determinados locais de interesse turístico acessibilidades á região.	1		2		1
Diversificar em termos temporais actividades de atractivo turístico, envolvendo cidades e aldeias históricas.		3		1	
Preservar e divulgar os locais históricos.					2
Preservar e valorizar o património natural.		2	2	3	1
Aumentar e diversificar a oferta turística em termos de lazer e actividades desportivas.	1		1	2	
Aumentar a oferta em termos de apoio ao turista.					1
Promover campanhas promocionais na região.				1	
Maior divulgação dos eventos culturais/religiosos da região.					1
Recursos humanos mais qualificados na área do turismo.					1
Total	10	10	10	10	10

No conjunto das quinze medidas, as medidas que menos vezes foram referidas pelos inquiridos, foi a necessidade de divulgar mais os eventos culturais e religiosos da região e a necessidade de se aplicarem medidas que levem a que a região seja dotada de recursos humanos mais qualificados na área do turismo.

6. Considerações Finais

A sustentabilidade do turismo foi claramente influenciada pela origem e evolução do conceito de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável no turismo não se refere unicamente a um problema de adequação da vertente ecológica a um processo social, mas a uma estratégia multi-dimensional da sociedade, que deve ter em atenção tanto a viabilidade ambiental como a económica.

No pólo de desenvolvimento turístico “Turismo da Serra da Estrela”, o turismo é uma actividade económica extremamente importante, desempenhando um papel decisivo em termos do crescimento e do desenvolvimentos dos quinze Concelhos que dele fazem parte. Dotado de recursos culturais, paisagísticos e naturais únicos, este território tem vindo a afirmar-se nacional e internacionalmente em áreas como o turismo sustentável de natureza, o turismo cultural, destacando-se a história judaica e aldeias históricas, e mais recentemente pelo turismo de saúde ligado à água.

É de extrema importância que o turismo se desenvolva de uma forma sustentada, pois só assim será possível diminuir, por um lado, as assimetrias regionais existentes entre os seus Concelhos e, por outro lado, as assimetrias regionais existentes entre as várias unidades territoriais de Portugal.

Apesar de estarmos conscientes que o desenvolvimento sustentável do turismo vai de encontro às necessidades das regiões turísticas, pois protege e aumenta as oportunidades de desenvolvimento dessas mesmas regiões, o estímulo a um turismo sustentável na região parece estar ainda longe de todas as suas potencialidades.

Bibliografia

- Baptista, M. (1997). *Turismo Competitividade Sustentável*. Porto: Editora Verbo.
- Burnay, M. J. (2000). *Turismo de natureza. Ciclo de debates 200*. Livro de Actas do Seminário Turismo e Natureza – Perspectivas de Intervenção. IFT. Lisboa, 25-34.
- Buther, R. (1999). *Sustainable Tourism - A state of the Art Review*. *Tourism Geographies*, 1, 7-25.
- Choi, H. e Sirakaya, E. (2006). “Sustainability Indicators for Managing Community Tourism”, *Tourism Management*, 27, 1274-1289.
- Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 2006). *Uma política de turismo europeia renovada: Rumo a uma parceria reforçada para o turismo na Europa*, COM (2006) 134 final. Bruxelas: Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Cunha, L. (1997). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: McGraw-Hill de Portugal.
- Faulkner, B. e Tideswell, C. (1997). “A Framework for Monitoring Community Impacts of Tourism”, *Journal of Sustainable Tourism*, 5(1), 3-28.
- Ferreira, E.P. (2004). *Valores e Interesses – Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Hardy, A.L. e Beeton, R.S. (2001), “sustainable tourism or maintainable tourism: managing resources for more than average”, *Journal of Sustainable Tourism*, Volume II, 168-192.
- Hunter, C. e Green, H. (1995). *Tourism and Environment: A Sustainable Relationship?*. Londres: Routledge.
- Instituto Nacional de Estatística (2009). *Anuários estatísticos das NUT’S II*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2009). *Anuário estatístico da Região Centro NUT’S II*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2008). *Anuário estatístico da Região Centro NUT’S II*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2007). *Anuário estatístico da Região Centro NUT’S II*. Lisboa: INE.

- Instituto Nacional de Estatística (2006). Anuário estatísticos da Região Centro NUT'S II. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2005). Anuário estatístico da Região Centro NUT'S II. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2004). Anuário estatístico da Região Centro NUT'S II. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2003). Anuário estatístico da Região Centro NUT'S II. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2002). Anuário estatístico da Região Centro NUT'S II. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2001). Anuário estatístico da Região Centro NUT'S II. Lisboa: INE.
- Manso, J. R. Pires (1996). Estatística Descritiva e Previsão, 2ª ed. Covilhã: UBI.
- Meadows, D. H. e Watts, W. (1972). Os Limites do Crescimento. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Ministério da Economia e da Inovação (MEI, 2008). Decreto-Lei n.º67/2008, aprova o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal Continental e dos Pólos de Desenvolvimento Turístico, a delimitação e características. Diário da República, 1.ª Série, 71, 10 de Abril.
- Pestana, M., Gageiro, J. (2000). Análise de dados para Ciências Sociais: a complementaridade do SPSS, 2ª ed.. Lisboa: Edições Sílabo.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1994). Relatório de Desenvolvimento Humano. Lisboa: Tricontinental Editora.
- Silva, J.A. (2000). Turismo e Natureza. Lisboa: Ciclo de Debates do Instituto de Turismo de Portugal, 53-62.
- Silvano, M. J. M. (2006). O Turismo em áreas rurais como factor de desenvolvimento. O caso do Parque Natural de Montesinho. Tese de Mestrado. Universidade de Aveiro.
- Ko, T. G. (2001). Assessing Progress of Tourism Sustainability. *Annals of Tourism Research*, 28839, 817-820.